

ECONOMIA

Pedro Brinca: "Está em aberto perceber o grau de destruição de emprego e falências"

03.08.2020 às 10h56

Para o professor da Nova School of Business and Economics, a grande ameaça para a economia portuguesa seria entrar numa lógica em que muitas empresas achem que a melhor opção é abrir falência. "Aí teríamos grande destruição de emprego", alerta



SÓNIA M. LOURENÇO



Professor da Nova School of Business and Economics

Pedro Brinca não tem dúvidas: a grande ameaça para a economia portuguesa, na sequência da crise provocada pela pandemia de Covid-19, é entrar numa espiral de falências e destruição de emprego. Por isso, para o professor da Nova

School of Business and Economics, medidas como o *lay-off* simplificado, ou as moratórias de crédito, são muito importantes.

Ouvido pelo Expresso depois de se saber que a economia portuguesa sofreu uma queda histórica no segundo trimestre deste ano, [com o PIB a recuar uns inéditos 16,5%](#), Pedro Brinca analisa até que ponto podemos esperar uma recuperação rápida.

A queda do PIB no segundo trimestre é tão grave como parece?

Este trimestre apanhou precisamente o grosso do período de confinamento. Era de esperar que a queda do PIB fosse dramática. Aliás, não foi só em Portugal que bateu todos os recordes. Foi assim, em Espanha, em França, na Alemanha, em muitos outros países.

É um padrão que se repete e tem a ver precisamente com a adoção de medidas de confinamento. Agora, será que estes 16% significam uma recessão muito superior às quedas na casa dos 4% que vimos na crise da dívida soberana? Não significa. Assumindo, do ponto de vista da estrutura da economia que isto é um choque temporário, estando a parte epidemiológica sob controlo, as estruturas produtivas vão voltar ao normal e estima-se que a recuperação também seja extremamente rápida. A tal lógica da recuperação em V. Nessa ótica, o número do segundo trimestre é muito mais alarmista do que será a própria realidade.

Prevê uma recuperação rápida?

A recuperação rápida está dependente do grau de destruição de emprego e de empresas que tiver lugar. O *lay-off* simplificado e as moratórias de crédito podem ter dado a almofada às empresas para que negócios que são economicamente viáveis – e não há razão para terem deixado de o ser, mas foram fortemente afetados pelo choque temporário motivado pela epidemia e o confinamento – voltem a operar, senão exatamente da mesma forma de antes, pelo menos de forma economicamente relevante. Nesse aspeto, espero que a retoma seja relativamente rápida. Agora, está em aberto perceber o grau de destruição de emprego e falências a que isto levou. O *lay-off* simplificado mascara muito os números. Conforme estas medidas forem terminando é que isso se verá. Isso é que determina depois a velocidade da recuperação, não só em Portugal como no estrangeiro. Isto assumindo, claro, um cenário que estamos perante um choque temporário, que a parte epidemiológica deixará de ser determinante e as medidas de confinamento e distanciamento social são temporárias. Caso contrário, há atividades que num cenário extremo podem deixar de ser viáveis e aí estamos a falar de um cenário completamente diferente. Outra coisa a ter em conta é qual vai ser a realidade pós-covid, há coisas que vão mudar de forma estrutural. Por exemplo, no sector da aviação,

acho que nada vai ser como antes, nas vendas a retalho a mesma coisa, porque uma vez as pessoas empurradas para o segmento *online* e sentindo-se confortáveis nesse canal, já não vão voltar atrás. Isso vai ter alguns efeitos estruturais permanentes.

Essas mudanças estruturais podem afetar o turismo, ditando uma retoma mais lenta em Portugal?

O sector do turismo é muito complicado, porque tipicamente tem elevada alavancagem, com custos de capital muito altos, associados a infraestruturas e equipamentos. Resultado: é dos sectores que têm custos fixos de operação mais elevados e que quando a procura cai entram em maiores dificuldades.

Obviamente que as moratórias de crédito e todo esse tipo de medidas ajudam a suavizar, mas que em termos de valor do negócio para o futuro tornam a situação muito mais complicada. Já para não falar de negócios que possam simplesmente fechar por questões de liquidez. E o impacto que o turismo tem na economia é brutal.

E provavelmente será dos últimos sectores a sentir recuperação da procura...

Há aqui uma questão temporal, o verão está a ficar perdido e depois entra-se num período de época baixa. E esta questão de Portugal ficar de fora dos corredores aéreos do Reino Unido não ajudou nada, porque é um dos nossos principais clientes em termos de exportações de turismo.

O Governo adotou medidas como o *lay-off* simplificado e as moratórias de crédito que amorteceram o impacto da crise, mas mais tarde ou mais cedo terão de ir terminando. Estamos a empurrar para a frente o impacto da crise?

As moratórias de crédito servem para assegurar liquidez e evitar que os negócios fechem. Mas, tudo isto vai ter de se pagar. Sejam rendas, ou créditos. Todos estes custos sem haver receitas – há muita procura que não volta – é um choque do ponto de vista do valor dos negócios, que é determinante. Se as medidas de apoio forem suficientemente boas, para impedir que muitos negócios fechem, do ponto de vista social é o melhor cenário. O problema seria entrar numa lógica em que muitas empresas achem que é melhor abrir falência, liquidar ativos, e depois abrir uma nova empresa começando de zero. Essa é que é a grande ameaça, porque aí teremos grande destruição de emprego e os preços de muitos ativos a caírem a pique, por causa das liquidações, nomeadamente ao nível imobiliário. Isso pode levar a economia para uma espiral da qual é complicado sair. Mas, o impacto sectorial é heterogéneo. Há sectores que até têm beneficiado com a crise, caso de muitas empresas tecnológicas. Temos um

artigo científico que mostra que nos Estados Unidos até houve um aumento da procura dirigida a estas empresas, até por causa do aumento do teletrabalho. Excluindo esses casos, o choque negativo sobre a procura vai aparecer nas contas, retirando valor às empresas, mesmo que seja ultrapassado no futuro. O lado da produção, se a parte epidemiológica estiver controlada, será a parte mais rápida de recuperar. É a parte que poderá levar a uma recuperação rápida, reabrindo os vários sectores, voltaram a funcionar e a oferta recupera. A parte complicada é a da procura, que pode demorar mais a recuperar, até por uma questão de falta de confiança. Essa é que pode determinar uma recuperação mais lenta. Aí fará sentido pensar em políticas mais específicas, direcionadas em termos sectoriais. Se calhar faz sentido ter políticas específicas para sectores como o turismo ou a aviação, que são os mais afetados pela crise. Mas, isto é também uma questão política, não é só económica. É preciso perceber, do ponto de vista político, se existe vontade de socializar os efeitos da crise e seja viável apoiar mais os sectores mais afetados do que os outros. Isso também vai influenciar muito a recuperação.

O que nos leva a capacidade de resposta que Portugal tem para políticas de apoio à recuperação, em termos de margem orçamental. Tem limitações, dado o elevado nível de endividamento?

Sem dúvida. A questão orçamental é muito importante. Quanto mais fortes forem as ajudas dos Estados às empresas – que são proibidas pelas regras europeias, num cenário que foi relaxado neste cenário de emergência – isso vai determinar a competitividade das empresas no futuro. As empresas portuguesas competem no mercado europeu e internacional e se tiverem ajudas do Estado português muito mais modestas do que, por exemplo, as empresas alemãs do Estado alemão, isso vai trazer um problema grave de competitividade, por causa do custo do capital. As empresas portuguesas terão custos de capital superiores, serão menos competitivas e terão ainda mais dificuldades para competir no mercado comum. É um fator gravíssimo que devia estar na primeira linha do debate. No que depender da capacidade de ajuda orçamental dos Estados, os que estiverem em melhor situação orçamental têm capacidade de ajudar mais as empresas dos seus países. E essa questão da competitividade pode ser determinante nas dinâmicas de recuperação.